

## **A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EDUCACIONAL NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Carmen Sylvia Vidigal Moraes(FEUSP) & Maria Lucia Mendes Carvalho( CPS)

Os arquivos escolares tem adquirido importância crescente, tornando-se objeto de convergências e divergências entre as instituições educacionais, em particular as universidades, e a administração pública. De um lado, as instituições acadêmicas vem chamando a atenção, nos últimos 30 anos, para a urgência do retorno às fontes primárias na escrita da história da educação. De outro lado, o elogio à memória histórica que vicejou nos meios intelectuais dos anos 80, acabou repercutindo na administração pública.

O Centro de Memória da Educação - CME, criado em 1994 por iniciativa de professores da Faculdade de Educação da USP, vem se preocupando com a produção de instrumentos de pesquisa para a escrita da história da educação brasileira. Nessa perspectiva, desenvolve linhas de pesquisa que apresentam, entre seus objetivos, o mapeamento e referência de arquivos, acervos bibliográficos e museológicos espalhados pelo Estado de São Paulo. Entre esses trabalhos, no que diz respeito a arquivos escolares, destacou-se a pesquisa realizada em parceria com o Centro Paula Souza que levantou, organizou e disponibilizou fontes documentais pertencentes às oito escolas técnicas mais antigas do estado de São Paulo. O projeto, que contou com o apoio da FAPESP, tem a comunidade escolar como protagonista, por meio da formação de alunos e professores nas técnicas básicas de conservação preventiva, arranjo documental, A produção, pelos docentes, de inventários e de catálogos para a preservação e a salvaguarda do patrimônio educativo e a criação do *website* institucional permitiu ampliar essa formação a professores, estudantes e monitores em centros de memória ou acervos escolares.

Ao longo dos últimos 20 anos, muitas outras pesquisas foram organizadas. No CME, cabe destacar o projeto “Material didático para a preservação do patrimônio público documental paulista”, também financiado pela FAPESP. Por meio desse projeto, as 182 escolas públicas mais antigas do estado de São Paulo foram visitadas. A proposta não objetivou a realização de uma intervenção imediata, mas sim, a partir dos dados levantados, sugerir diagnóstico e prioridades de intervenção. Quanto ao CPS, a consolidação do programa de “capacitação continuada em serviço” e a participação ampliada de professores em projetos propiciaram a realização de jornadas e encontros de pesquisa, e a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional – GEPEMHEP, no CNPq, com publicações anuais.

As pesquisas indicam que, apesar dos esforços realizados, a cada dia o patrimônio escolar sofre novas perdas. Um dos graves problemas consiste na ausência de uma política pública de preservação dos documentos escolares. Com essas preocupações e a partir das experiências do CME- FEUSP e do GEPEMHEP- Centro Paula Souza, a apresentação propõe refletir sobre a relação entre pesquisa realizada nas instituições de ensino e a formulação e

desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio público e da memória educacional. Está organizada em duas partes complementares. A primeira toma como base as atividades de pesquisa desenvolvidas no CME-FEUSP e no CPS, discutindo os desafios teóricos e de método encontrados nas diferentes trajetórias investigativas, bem como algumas sugestões para enfrentá-los e superá-los. Na segunda parte, são analisadas as normas legais e iniciativas do poder público federal e estadual ligadas à preservação dos arquivos educacionais, problematizando-se, ao mesmo tempo, a importância das atividades acadêmicas como impulsionadoras de ações governamentais e da pesquisa em história da educação.